

DOI: 10.20911/21799024v16n1p113/2025

O dever profético da Igreja: Perspectivas ecumênicas

The Prophetic Duty of the Church: Ecumenical Perspectives

Walace Alexander A. Cruz¹

Resumo: A Igreja, fundada em Jesus Cristo, é comunidade de discípulos e povo de Deus. Embora constitua mistério, manifesta-se como realidade histórica situada no tempo, presente no mundo como sinal de Cristo e responsável pela continuidade de sua missão, o que a torna “para o mundo”. Nesse sentido, Igreja e sociedade se entrelaçam, conferindo-lhe uma responsabilidade essencialmente “profética”. Este artigo analisa o “profético” como categoria teológica, suas raízes na tradição hebraica, sua expressão no ministério de Jesus e seu desenvolvimento no Novo Testamento. A investigação, em perspectiva ecumênica, recorre às teologias protestante e católica, com destaque para o Concílio Vaticano II e sua recepção na América Latina. Constatamos que o “profético” é vital para compreender a missão eclesial, que assume responsabilidade frente à sociedade, sobretudo diante de radicalismos, fundamentalismos e novas violências, sendo chamada a promover justiça, dignidade humana e libertação integral.

Palavras-chave: Igreja. Profetismo. Proclamação. Denúncia. Sociedade.

Abstract The Church, founded in Jesus Christ, is the community of disciples and the people of God. Although it is a mystery, it is also a historical reality situated

1 Doutorando em Teologia, em regime de cotutela, pela FAJE (Brasil) e pela Universidade Católica Portuguesa (Portugal). Mestre em Filosofia pela FAJE. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4745-5865>. Bolsista da CAPES.

in time, present in the world as a sign of Christ and responsible for the continuity of his mission, which makes it “for the world.” In this sense, Church and society are intertwined, giving it an essentially “prophetic” responsibility. This article analyzes the “prophetic” as a theological category, its roots in the Hebrew tradition, its expression in the ministry of Jesus, and its development in the New Testament. The investigation, from an ecumenical perspective, draws on Protestant and Catholic theologies, with particular emphasis on the Second Vatican Council and its reception in Latin America. We conclude that the “prophetic” is vital for understanding the Church’s mission, which bears responsibility toward society, especially in the face of radicalism, fundamentalism, and new forms of violence, being called to promote justice, human dignity, and integral liberation.

Keywords: Church. Prophecy. Proclamation. Denunciation. Society.

Introdução

O “profético” é uma categoria importante tanto para a reflexão teológica quanto para a compreensão da missão da Igreja, especialmente na sociedade contemporânea. Nossa análise busca clarificar o conceito de “profético” e, principalmente, discernir como ele se traduz na vida da Igreja e em sua relação com o mundo. A relevância do tema se evidencia, entre outros motivos, pelo fato de que o profetismo constitui uma categoria central na tradição bíblica e eclesial, desde seus primórdios até a contemporaneidade. Surge de forma rudimentar no Gênesis, desenvolve-se nos “Livros da Lei” e se consolida nos chamados “Livros Proféticos”. Mais ainda, atinge sua realização plena na vida e ministério de Jesus Cristo, mas continua presente como realidade viva e dinamizadora na Igreja, onde, conforme testemunha São Lucas, havia profetas (cf. At 13,1). Na Modernidade e Pós-Modernidade, o profetismo foi revitalizado. No protestantismo, destacam-se a “teologia cristológica de resistência” de Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) e a “teologia da esperança” de Jürgen Moltmann (1926-2025).

No catolicismo, evidenciam-se os documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), *Gaudium et Spes* e *Lumen Gentium*. Na sequência do Concílio, sobressaem documentos do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), que traduzem a recepção do Vaticano II para o “Terceiro Mundo”. Destaca-se ainda a Teologia da Libertação, surgida oficialmente em 1971 com a obra homônima do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez (1928-2024), fruto direto da irrupção profética eclesial na América Latina. Avaliamos que, nos dias atuais, em que a corrupção, os radicalismos e diversas formas de desumanização permanecem e se intensificam na sociedade, o espírito profético precisa permanecer vivo na Igreja – e, a partir dela, atuar como realidade vivificadora e transformadora da realidade social. Tendo isso em vista, analisamos alguns aspectos das múltiplas nuances que envolvem a dimensão profética, categoria vital originada e animada pelo Espírito.

1. O profético como categoria do Espírito

O Espírito Santo é vital na vida da Igreja. No intuito de ensinar essa verdade assumida e anunciada pela fé cristã, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) enuncia:

O Espírito Santo habita na Igreja e nos corações dos fiéis como num templo [...] neles ora e dá testemunho da adoção de filhos [...] O Espírito Santo conduz a Igreja ao conhecimento da verdade total [...] une-a na comunhão e no mistério, enriquece-a e dirige-a com diversos dons (CV II, 2002, p. 14-15).

A fundação da Igreja enquanto “novo povo de Deus” (CV II, 2002, p.23), dá-se no dia de Pentecostes quando o Espírito Santo é doado à comunidade dos crentes; sem ele, a Igreja certamente não estaria presente e ativa na história (cf. At 2,1-8). Na gênese da Igreja, o Espírito Santo, testemunha a fé da Igreja, agiu como seu cofundador unido ao Pai e ao Filho, no mistério trinitário: “o mistério íntimo de Deus, da vida divina [...] é o Pai, o Filho e o Espírito Santo, divina unidade na Trindade” (JOÃO PAULO II, 1986, p. 18). O Papa João Paulo II afirma que o Espírito Santo: “como Pessoa divina está no coração da fé cristã e é a fonte e a força dinâmica da renovação da Igreja” (JOÃO PAULO II, 1986, p. 8). Não obstante, a presença e ação do Espírito no mundo antecedem em muito o evento Pentecostes. Desde a criação, como aponta o Gênesis 1, o Espírito está presente e atuante. Assim também é na história do povo hebreu – a semente abraâmica, povo da promessa (cf. Rm 3,1-4). É, especialmente entre os antigos hebreus que identificamos a gênese da categoria teológica que denominamos de “profético”; quer dizer a realidade dinâmica, transformadora e libertadora cuja manifestação perpassa toda a história do povo de Deus, seja no AT ou no NT.

Pode-se identificar Abraão como o primeiro personagem bíblico denominado de “profeta” (cf. Gn 20,7). Ainda que neste contexto, o conceito ainda não estivesse tão amadurecido e solidificado como tornar-se-ia na tradição judaica posterior. É no conjunto dos livros da Lei (תּוֹרָה, Torá), que a categoria “profético” começa a se tornar mais límpida. Segundo o Êxodo 7,1 Deus diz a Moisés que faria de Aarão seu אֵיבֹן (naví, profeta), ou seja, porta-voz. Doravante, tem-se a ideia ampla de que o profeta é aquele que *fala por Deus*. O que significa, a princípio, que tal pessoa foi alguém com quem *Deus* falou. Com efeito, se supõe que o profeta é alguém caracterizado por estar numa relação íntima de escuta e fala com Deus. Números 12,6 reforça esta ideia: “quando há entre vós um profeta, eu apresento-me a ele em visão e falo com ele em sonhos”. Posteriormente, o profeta Amós disse: “o Senhor não faz coisa alguma sem revelar os seus segredos aos profetas, seus servos” (Am 3,7), o que ensina ainda mais a ideia de uma relação estreita entre Deus e o profeta. Dentre os profetas veterotestamentários, destaca-se por sua singularidade מֹשֶׁה (Moshé, Moisés). Sobre ele é afirmado: “em Israel nunca mais surgiu outro profeta como Moisés, a quem o Senhor conhecia face a face” (Dt 34,10).

A hermenêutica cristã lê tal afirmação sobre Moisés de modo cristológico-tipológico. Assim se interpreta: Moisés é o protótipo de Jesus Cristo: “porque a Lei foi dada por Moisés, o amor e a fidelidade vieram através de Jesus Cristo. Ninguém jamais viu a Deus, quem nos revelou Deus foi o Filho unigênito que está junto do Pai” (Jo 1,17-18). Entretanto, antes de refletirmos propriamente sobre a dimensão do “profético”, cujo clímax deu-se em Jesus Cristo, analisemos um pouco mais o conteúdo do AT. Neste, o dever do profeta, portanto, o “dever profético” culminava na incumbência de ser o porta-voz de Deus. Destarte, para comunicar a vontade e a Palavra de Deus, o profeta deveria ser alguém a quem Deus se revelava. De algum modo, os anseios de Deus deveriam penetrar os afetos de seu porta-voz. Isto, naturalmente, pressupõe que Deus permite-se afetar pela opressão sofrida pelo seu povo ou de modo mais geral, por todos aqueles que estão em condições de injustiça e desumanização. Neste sentido, Êxodo 2,23-25 é muito significativo: “os filhos de Israel gemiam sob o peso da escravidão, e clamaram, e, do fundo da escravidão, o seu clamor chegou até Deus. Deus ouviu as suas queixas [...] Deus viu a condição dos filhos de Israel e teve compaixão deles”.

Em sentido último, o texto supracitado evidencia a ligação histórica de יהוה (YHWH) com seu povo (Israel), bem como a relação que culmina em sua interferência direta contra as formas, institucionalizadas ou não, de opressão, violência e morte. No Livro do Êxodo, é possível, em chave hermenêutica libertadora, compreender Israel – para além de sua evidente identificação situacional e histórica com os antigos hebreus – como uma tipificação daquele vasto contingente humano de pessoas oprimidas e submetidas a situações próprias ou análogas à escravidão ainda nos dias de hoje. A causa dos desumanizados torna-se, portanto, a própria causa de Deus – ou, do Deus que quer ser reconhecido como o Deus dos pobres e oprimidos (cf. Sl 72,12-14; Is 1,17; Lc 4,18-19). Com efeito, o que estamos identificando aqui como “dever profético” implica, ao menos, três responsabilidades: a de conclamar à conversão, à santidade e à justiça. Analisemos cada uma delas.

2. Chamado à conversão

Uma característica fulcral da atividade “profética” é o chamado à conversão. Vejamos alguns exemplos, na Sagrada Escritura, que corroboram com nossa afirmação. Jeremias convoca o povo: “observemos e olhemos o nosso caminho e voltemos para o Senhor” (Lm 3,40-42). Ezequiel: “assim, casa de Israel, eu vos julgarei a cada um de acordo com a própria maneira de viver – oráculo do Senhor. Convertedei-vos” (Ez 18,30). Zacarias: “o Senhor irou-se profundamente contra os vossos antepassados [...] voltai-vos para mim – oráculo do Senhor – e eu voltarei para vós, diz o Senhor dos exércitos” (Zc 1,2-3). Joel: “voltai para mim de todo o coração, com jejuns, lágrimas e lamentações. Rasgai o coração e não as vestes! Voltai para o Senhor, vosso Deus, pois ele é piedade e compaixão, lento para a cólera, cheio de amor” (Jl 2,12-13). O chamado à conversão como traço vital do profético fica patente no AT, e permanece substancialmente no NT.

João Batista tem na conclamação ao arrependimento a mensagem nuclear de sua pregação (cf. Mt 3,7-10), é assim com Jesus de Nazaré, que tem como essencial na mensagem sobre o Reino de Deus, a interpelação ao arrependimento: “convertei-vos e acreditai no evangelho” (Mc 1,15).

Segue-se o mesmo no período dos apóstolos (entenda-se no século I). No seu primeiro sermão após a ascensão de Jesus, são Pedro desafia seus ouvintes: “arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para o perdão dos pecados” (At 2,38). Destacamos: na pregação apostólica fica explícito que é o Espírito que convoca o ser humano ao arrependimento; mais: é ele próprio quem gera arrependimento. É ele quem convence: “do Pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16,8). Com efeito, o Espírito continua animando a Igreja ao anúncio do evangelho, à boa notícia de Jesus Cristo; é o Espírito quem convida a humanidade à conversão, ao arrependimento de seus pecados, à volta da criatura ao seu Criador. Ao encontro destes apontamentos, é oportuno refletirmos sobre dois conceitos oferecidos pelo teólogo luterano Dietrich Bonhoeffer: “Graça barata e Graça cara”.

A graça barata é a inimiga mortal de nossa Igreja. Hoje, nossa luta é pela graça preciosa. A graça barata é graça como resto de estoque, perdão barateado, consolo barateado, sacramento barateado [...] é graça sem preço, sem custo [...] a Igreja que segue esse tipo de doutrina da graça se vê automaticamente beneficiada por ela. Nessa Igreja, o mundo encontra cobertura barata para seus pecados, dos quais não se arrepende e, na verdade, não quer se libertar” (BONHOEFFER, 2011, p. 19).

Identificam-se com facilidade as Igrejas que, consciente ou inconscientemente, aderiram à graça barata: banalizam o Evangelho e renunciam à cruz, anunciando apenas os benefícios da graça, mas não as renúncias que ela exige. Em contraste com essa banalização ou barateamento da Graça de Deus, a Palavra de Jesus Cristo permanece, ainda hoje, profética e programática. “se alguém quiser seguir-me, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8,34). Não obstante, para Bonhoeffer, os adeptos da “graça barata” adulteraram o *múnus* da mensagem cristã, reduzindo-a, por vezes, a uma filosofia ética, a uma ideologia sociopolítica ou, meramente, a uma mensagem social. Em vista do exposto, o Papa Francisco oferece uma exortação contributiva que, sem invalidar a importância das dimensões éticas e, especialmente, socioeconômicas — as quais são abarcadas, refletidas e assumidas pelo Evangelho —, ressalta, todavia:

A autêntica opção pelos mais pobres e abandonados, ao mesmo tempo que nos impele a libertá-los da miséria material e defender seus direitos, implica propor-lhes a amizade com o Senhor que os promove e dignifica [...] não podemos nos contentar com uma mensagem social (FRANCISCO, 2020, p. 44).

Chamar a humanidade ao arrependimento (à “amizade com o Senhor”, segundo a expressão do Papa Francisco) constitui o coração da missão cristã. Com efeito, é a partir de sua reserva cristológica e querigmática que se fundamenta a ortopraxis cristã nas diversas dimensões da existência humana. O cardeal Ro-

bert Sarah, em sintonia com o Papa Francisco, em discurso dirigido aos pastores do povo de Deus, observa:

Tem [o sacerdote] a obrigação de anunciar a Boa Nova do Evangelho, ou seja, de dar a conhecer Jesus Cristo e de trabalhar para levar aqueles que o desejam a terem uma revelação verdadeira e íntima com ele. Deve cuidar de que a fé permaneça autêntica, fiel, que não esmoreça nem seja alterada ou fique esclerosada. Ele tem a missão de fazer de todos os cristãos discípulos e missionários dispostos a morrer por Cristo e pelo seu Evangelho. A ele cabe dar um alimento espiritual substancial que consolide a fé e a vida interior [...] é um bom pastor. Não está presente para se empenhar *prioritariamente* na justiça social, na democracia, na ecologia ou nos direitos do homem (SARAH, 2019, p.17).

No Novo Testamento, o compromisso com o anúncio do Evangelho está posto como imperativo à Igreja: “Jesus disse-lhes: Ide pelo mundo inteiro e anunciai o evangelho a toda a humanidade” (Mc 16,15). “Jesus aproximou-se e disse [...] Ide e fazei com que todos os povos se tornem meus discípulos” (Mt 28,19). Destarte, os apóstolos entenderam e obedeceram ao dever apriorístico dado pelo Senhor:

Não está certo que nós deixemos a pregação da Palavra de Deus para servirmos à mesa. Irmãos, é melhor que escolhais entre vós sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e encarregá-los-emos dessa tarefa. Deste modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra” (At 6,2-4).

São Paulo afirma: “entre vós, não quis saber outra coisa senão Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado” (1Cor 2,2). Torna-se explícito, portanto, na tradição que decorre do Novo Testamento, que o profeta — porta-voz — é, antes de tudo, anunciador e/ou denunciador sob a égide do Espírito. É o Espírito quem faz do indivíduo um profeta: “O Espírito de Deus se apoderou dele, e profetizou no meio deles” (1Sm 10,10). Graças à sua presença e ao seu dom (ou carisma), o indivíduo — ou a própria Igreja, enquanto corpo de Cristo — é chamado ao ofício profético. Com efeito, o Espírito aponta para Jesus Cristo: “O Espírito da verdade, que procede do Pai, quando vier, dará testemunho de mim” (Jo 15,26). E o Apocalipse declara: “O espírito da profecia é o testemunho de Jesus Cristo” (Ap 19,10). Contribuições relevantes para essa reflexão são oferecidas pela Constituição Dogmática *Gaudium et Spes* (GS), que já em seu proêmio afirma ser a Igreja a comunidade: “constituída por homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo na sua peregrinação para o Reino do Pai e receberam a mensagem de salvação, que devem comunicar a todos” (CV II, 2002, p. 184). A Igreja é definida como comunidade cuja comunhão está solidificada em Jesus Cristo, dirigida pelo Espírito, e sua missão nuclear culmina no anúncio evangélico².

2 À luz da reflexão teológica, após mais de dois mil anos de história, reconhece-se que a categoria “salvação” (do grego *soter*, que dá origem à expressão *soteriologia*) não se reduz à concepção de “salvação da alma” pós-morte, que se limita a uma esperança futura e escapista, alienante em relação à realidade presente. De forma geral, a salvação anunciada pelo cristianismo abarca tanto o transcendente quanto o imanente, o “já” e o “há-de-vir”. O evento escatológico constitui uma força motriz que alimenta simultaneamente a fé paciente e a fé atuante e insurgente. A salvação é, portanto, um

Parece-nos haver uma confusão no presente tempo, com o acento à necessidade de diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo, como se tal abertura – necessária, afirmamos – de *dialogar*, substituísse o dever da Igreja de *anunciar*³. A GS traz-nos luz à questão:

O Concílio, testemunhando e expondo a fé do Povo de Deus, congregado por Cristo, não pode dar prova mais eloquente de solidariedade, de respeito e de amor para com toda a família humana, à qual este povo pertence, do que dialogando com ela sobre esses variados problemas, trazendo-lhes a luz que vem do Evangelho e pondo à disposição do gênero humano as forças de salvação que a Igreja, conduzida pelo Espírito, recebe do seu fundador (CV II, 2002, p. 185).

Abrir-se ao diálogo com o mundo contemporâneo – fator necessário –, implica em ouvir suas questões, inquietações, contestações, angústias e misérias. É fazer-se ouvinte, pronto a acolher os clamores que irrompem do mundo. A esse respeito diz a GS:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens, do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração (CV II, 2002, p. 184).

Especialmente à luz do Concílio Vaticano II (1962-1965), tornou-se inteiramente obsoleta a ideia de manter a Igreja fechada em si mesma, incapaz de escuta, de diálogo e de participação comprometida com a realidade concreta em que está inserida. Pelo contrário:

A igreja tem o dever de perscrutar incessantemente os sinais dos tempos e de os interpretar à luz do Evangelho, de tal sorte que possa responder, de um modo adequado a cada geração, às perenes interrogações dos homens sobre o sentido da vida presente e do futuro (CV II, 2002, p. 186).

A Igreja é — ou deve ser — uma comunidade que proclama, mas também que escuta. Pois todo diálogo verdadeiramente saudável se fundamenta na reciprocidade: ouvir e falar. Dialogar não implica necessariamente em submeter-se ao que o outro propõe – propõe, não impõe. Destarte, a Igreja constata e pondera: “o desequilíbrio que sofre o mundo moderno liga-se a um desequilíbrio mais fundo, que radica no coração do homem [...] por isso, sente em si mesmo a divisão, da qual nascem, no seio da sociedade, tantas e tão grandes discórdias” (CV II, 2002, p. 192). A Igreja reconhece e incentiva os avanços científicos e tecnológicos que fomentam o desenvolvimento do mundo, que melhoram a qualidade da vida, seja humana, animal ou ambiental. Ela trabalha e contribui para a dignidade da vida: “a sua mensagem, longe de diminuir o homem, difunde,

acontecimento paradoxal, ao mesmo tempo realizado e em contínua realização.

3 Cumpre chamar a atenção para o risco que a Igreja corre ao se enclausurar em um modo de reflexão que cede ao reducionismo da polarização — do “isto” ou “aquilo” — característico das metodologias narrativas ideológicas, cujo modus operandi é mais determinado por impulsos patológicos do que por raciocínio lógico.

para o seu progresso, luz, vida e liberdade” (CV II, 2002, p. 205). É justamente por se preocupar com o ser humano em sua integralidade que a Igreja não se furta a apontar ao mundo suas contradições, misérias e a profunda carência que somente pode ser superada no encontro com Jesus Cristo.

Muitos pensam encontrar a sua tranquilidade nas explicações do mundo que lhe são propostas das mais variadas maneiras. Alguns, porém, esperam unicamente do esforço humano a libertação verdadeira e plena do gênero humano e estão persuadidos de que o reinado futuro do homem sobre a terra dará satisfação a todos os desejos do seu coração. Nem faltam aqueles que, desesperando do sentido da vida, aplaudem a audácia dos que, julgando a existência humana privada de significado próprio, tentam dar-lhe todo o significado, apoiados só no seu talento [...] A Igreja, porém, acredita que Cristo, morto e ressuscitado por todos, oferece à humanidade, pelo seu Espírito, a luz e as forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação, e que não há debaixo do céu outro nome dado aos homens pelo qual eles devam ser salvos (CV II, 2002, p. 192-193).

Destaca-se que o diálogo não suplanta a necessidade da proclamação e do anúncio, os quais culminam na pessoa de Jesus Cristo. Entretanto, a “graça barata” — à qual se refere Bonhoeffer — engendra confusão quanto à compreensão e ao devido lugar de cada fazer da Igreja; mais grave ainda: “a mensagem da graça barata vem arruinando mais cristãos que qualquer mandamento de obras” (BONHOEFFER, 2019, p. 30). Como antídoto, Bonhoeffer propõe a “graça preciosa”:

Essa graça é preciosa porque chama ao discipulado; é graça porque chama ao discipulado de Jesus Cristo; é preciosa por custar a vida ao ser humano; é graça pois só assim dá vida ao ser humano; é preciosa porque condena o pecado; é graça porque justifica, perdoa o pecador. É preciosa sobretudo porque foi preciosa para Deus, porque lhe custou a vida de seu Filho [...] e, portanto, não pode ser barato para nós o que custou caro para Deus”. Uma vez chamado, o ser humano tem de abandonar a existência que levava até então [...] tem de abrir mão de tudo que viveu; o que é velho deverá ficar para trás. O discípulo deixa sua relativa segurança de vida e segue para a completa insegurança (isto é, na realidade, para a absoluta segurança e proteção da comunhão com Jesus); deixa uma situação aparentemente previsível e calculável (mas, na verdade, muito imprevisível) para a imprevisibilidade, para o acaso total (quer dizer, para a única coisa que é necessária e previsível); deixa o domínio das possibilidades limitadas (isto é, de fato, das possibilidades infinitas) para o domínio das possibilidades infinitas (ou seja, para a única realidade libertadora) (BONHOEFFER, 2019, p. 21;33).

A proclamação da Palavra convida ao seguimento de Jesus Cristo. Segui-lo, por sua vez, exige conversão — um giro interior que transforma o coração — e renúncia, desapego às próprias seguranças e confortos. Mas o discipulado não se esgota nisso: junto à renúncia, ele demanda do discípulo o espírito profético de denúncia, capaz de confrontar injustiças e proclamar a verdade do Evangelho em meio ao mundo.

3. Denúncia e justiça

Conversão (Μετάνοια, metanoia) em seu sentido pleno, é um movimento bilateral: implica em voltar-se para Deus e, concomitantemente, para o próximo. Na Sagrada Escritura, ecoa como um fio-condutor a pergunta de Deus a Caim: “Onde está seu irmão?” (Gn 4,9). Note-se: a fé em Deus culmina na responsabilidade pelo. À pergunta amarga de Caim: “acaso sou guarda de meu irmão?” (Gn 4,9), Deus responde: “ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar para mim!” (Gn 4,10). A narrativa bíblica nos aponta um fato vital na vida de fé, o culto a Deus e o serviço ao próximo são deveres que devem ser realizados de forma conjunta. Nesse sentido, é ilustrativa a narrativa do desejo não realizado de Davi de construir um templo para Deus.

Depois Davi disse: é aqui a casa de Iahweh e este será o altar para os holocaustos de Israel [...], mas a palavra de Iahweh me foi dirigida: tu derramaste muito sangue e travaste grandes batalhas; tu não construírás uma casa ao meu nome, pois derramaste muito sangue sobre a terra, diante de mim (2Cr 22,1-8).

Deus não aceita sacrifícios de quem sacrifica a dignidade do próximo. Não reconhece o culto de quem não reconhece o valor da vida alheia. Na mesma direção, o pastor batista Martin Luther King Jr., observa:

Tenho a convicção de que qualquer religião que professe uma preocupação com as almas dos homens, mas não esteja igualmente preocupada com as favelas a que eles estão condenados, com as condições econômicas que os estrangulam e com as condições sociais que os debilitam, é uma religião espiritualmente moribunda, que só falta ser enterrada” (KING JR, 2014, p. 32).

O teólogo reformado Jürgen Moltmann pondera: “A reforma da igreja sem reforma da sociedade não leva a lugar nenhum” (MOLTMANN, 2014, p. 25). Tal reforma implica nessa conversão bilateral: a Deus e ao próximo, de modo inseparável. Bonhoeffer observa: “quem olha para Jesus Cristo vê, de fato, Deus e o mundo em um só; doravante não pode ver mais Deus sem o mundo, nem o mundo sem Deus” (BONHOEFFER, 2009, p. 48). Não obstante, é possível uma (suposta) conversão a Deus que não reflita na responsabilização pelo próximo, o que denominamos de “religiosidade narcisista” – fechada em si mesmo. Jürgen Moltmann avalia:

Uma igreja que não muda para estar à disposição da humanidade e do homem em novas circunstâncias fossiliza-se e morre. Ela se torna uma seita insignificante à margem de uma sociedade tomada por rápida mudança social. As pessoas se perguntam qual diferença faz pertencer ou não a uma igreja. Apenas os velhos, cansados e resignados, que não entendem mais o mundo, encontram em tal igreja o amparo do permanente-eterno, do antiquíssimo e do folclore religioso. Ao velho engajamento das igrejas, a saber, o despertar, fortalecer e preservar da fé associaram-se também já no séc. XIX, e hoje de maneira fortalecida, o serviço de diaconia, o engajamento social nas lutas de raças e classes, o empenho em apoiar

o desenvolvimento e as revoltas contra as tiranias econômicas e raciais (MOLTMANN, 2014, p. 29).

O elemento “profético” se evidencia nesta dinâmica do Espírito, que gera metamorfoses no interior da Igreja, tanto quanto nas estruturas sociais. Os anseios por justiça são engendrados pelo Espírito, pois a justiça é derivada do Reino de Deus (cf. Mt 6,33). Onde a injustiça está presente, Deus está ausente. Não há neutralidade em Deus. Ele coloca-se ao lado daqueles que são oprimidos e injustiçados. Neste sentido, Leonardo Boff avalia:

No AT Deus se nos revela a si mesmo como o libertador dos oprimidos e o defensor dos pobres que exige dos homens a fé nele e a justiça para com o próximo. Somente na observância dos deveres da justiça se reconhece Deus, verdadeiramente, como libertador dos oprimidos [...] portanto: amor ao próximo e justiça não podem separar-se. A justiça é aquele mínimo de amor sem o qual a relação entre as pessoas deixa de ser humana e se transforma em violência [...] o Deus verdadeiro não se encontra nessas realidades excludentes (BOFF, 1982, p. 47).

A Igreja é convocada à promoção da justiça. Destarte, Gustavo Gutierrez observa:

Na perspectiva da fé, o que move, em última instância, os cristãos a participarem da libertação dos povos oprimidos e das classes sociais exploradas é o convencimento da incompatibilidade radical das exigências evangélicas com uma sociedade injusta e alienante (GUTIÉRREZ, 1972, p. 89).

Notemos: o Evangelho não pode ser reduzido a uma simples mensagem de justiça social; todavia, também não é o Evangelho em sua inteireza se lhe é subtraída a responsabilidade de promover a justiça social, que lhe é parte de seu múnus. “Sem a pregação da justiça não há evangelho que seja de Jesus Cristo. Isso não é politizar a Igreja: é ser fiel” (BOFF, 1982, p. 46). *Jürgen Moltmann nos chama a atenção:*

No princípio, a igreja do crucificado era e, no fundo, ainda é a igreja dos humilhados e ofendidos, dos pobres e miseráveis, a igreja do povo [...] se ela realmente se lembra do crucificado, ela não pode se deixar dominar por uma indiferença opaca e religiosa em relação às pessoas. Como povo do Messias crucificado, ela é a igreja da libertação para todas as pessoas, sejam judeus ou gentios, gregos ou bárbaros, senhores ou servos, homens ou mulheres, mas não é da mesma maneira para todos [...] ela precisa, portanto, falar de modo concretamente diferenciado e agir comprometidamente (MOLTMANN, 2014, p. 77).

Exige-se, como dever “profético” da Igreja, que ela seja uma potência denunciadora; é próprio deste carisma assumir tal missão. O profeta Isaías denuncia e, concomitantemente, exorta-nos a denunciar as “mãos cheias de sangue” (Is 1,15). Nesse horizonte, Adolphe Gesché chama-nos a atenção: “não há Deus, onde houver exclusão do ser humano [...] tocar no ser humano é tocar Deus” (GESCHÉ, 2019, p. 60). Em suma, o próximo sempre se nos apresenta,

de uma forma ou de outra, como o próprio Deus que se interpõe em nosso caminho. Como afirma Jürgen Moltmann:

Identificação cristã com o Crucificado significa ser solidário com o sofrimento dos pobres e com a miséria dos oprimidos e opressores [...] Essa solidariedade irrestrita, desinteressada e consequente, já é por si só uma identificação com o Crucificado que 'se fez pobre, embora fosse rico, para vos enriquecer' (2Cor 8,9) (MOLTMANN, 2014, p. 45).

4. Igreja, humanização e ação

Se a Igreja se omite diante das condições desumanas às quais variadas populações estão submetidas, trai a sua missão. A Igreja é agente do Reino de Deus, sua precursora; é o Reino de Deus em gérmen. Como tal, é chamada a engendrar processos de humanização à luz d'Aquele que é o ser humano perfeito: Jesus Cristo.

Na realidade, o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo Encarnado [...] Ele que é a Imagem do Deus invisível (Cl 1,15), é também o Homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a imagem divina, deformada desde o primeiro pecado. Porque nele a natureza humana foi assumida, não absorvida, por isso ela foi elevada, também em nós, a uma dignidade sublime. Com efeito, pela sua Encarnação, o próprio Filho de Deus uniu-se de alguma maneira a todo o homem (CV II, 2002, p. 206).

O processo humanizador – iluminado e inspirado em Jesus Cristo – implica diretamente em combater as estruturas que são promotoras de opressão, sofrimento, subjugação e miséria. A GS reflete: "a Igreja, ensina [...] que, a esperança escatológica não diminui a importância das tarefas terrestres, antes salienta a importância da sua realização com novos motivos" (CV II, 2002, p. 204). Isto é, a esperança em relação ao futuro é o que anima o envolvimento e o engajamento com o presente. Com efeito, todas as instituições e ações vinculadas à Igreja têm um compromisso humanístico: universidades, institutos, escolas, hospitais, casas de recuperação, creches etc. colocam-se como centros de acolhimento, cuidado e dignificação da pessoa humana. Suas missões, presentes em diversas frentes, aspiram a ser promotoras de vida abundante para todos. Para o teólogo luterano Rudolf Bultmann: "o amor cristão assume a responsabilidade pelo mundo" (BULTMANN, 2001, p. 362). A rigor, não há fé cristã autêntica que seja desencarnada do mundo. "O cristianismo remete o ser humano expressamente para dentro de sua vida histórica, com seus encontros e comprometimentos, seu destino e seu chamado à ação" (BULTMANN, 2001, p. 236). O servir é vital na missão profética exercida por Jesus Cristo — o Filho do Homem que veio para servir. Tal dimensão estende-se à Igreja, entendida como "Jesus Cristo existindo em comunidade" (Bonhoeffer). A *Lumen Gentium* (LG) afirma que a Igreja: "o povo santo de Deus participa também da missão profética de Cristo" (CV II,

2002, p. 27). Tal missão, ou dever profético, é serviço sempre bilateral: a Deus e ao próximo. Fé e práxis são intrínsecas.

5. Igreja, pecado e libertação

Os conteúdos constitutivos do cristianismo não se esgotam em sua dimensão teologizável; antes, requerem ser efetivamente aplicados, isto é, traduzidos e encarnados na concretude histórica da existência humana. A fé eclesial, portanto, não pode ser compreendida como mera elaboração teórica ou especulativa — entendida como reflexão sistemática sobre Deus, sobre a própria Igreja e sobre o mundo à luz da revelação —, mas deve ser reconhecida em sua inseparável dimensão prática, que implica testemunho, ação e transformação da realidade. Destarte, Leonardo Boff diz: “a sanidade eclesiológica reside na correta relação entre Reino-Mundo-Igreja [...] de tal sorte, que a realidade da Igreja sempre aparece na ordem do sinal concreto e histórico” (BOFF, 1982, p. 17). As implicações e incidências da fé cristã não se restringem à esfera da elocução nem à dimensão da subjetividade — embora não as dispensem —, mas alcançam diretamente a história concreta, incidindo sobre as realidades da socialidade, da cultura, da economia e, em última instância, sobre a totalidade e diversidade da experiência humana. É nesse horizonte que se situa a categoria teológica de “libertação”. Quando o cristianismo afirma a realidade libertadora como consequência da graça de Deus, essa ação redentora abrange tanto as estruturas internas da pessoa quanto as subestruturas latentes e condicionantes da vida social.

Leonardo Boff pondera: “não se trata apenas de uma libertação do pecado (do qual sempre devemos nos libertar), mas de uma libertação que também possui dimensões históricas (econômicas, políticas e culturais)” (BOFF, 1982, p. 24). Martin Luther King aponta para um evangelho cujo poder incida na transformação da alma e das sociedades (KING, 2010, p. 33). Contemporaneamente, tem-se falado de diversos “ismos” estruturais — por exemplo, machismo estrutural, racismo estrutural, entre outros. Cumpre, entretanto, notar que subjaz a todas essas manifestações o que pode ser denominado pecado estrutural. Trata-se da realidade do pecado como fundamento de todas as formas de deformação do ser humano enquanto *imago Dei*. Dessa perspectiva, torna-se imperativa a presença constante do profético na Igreja, ou seja, da Igreja como potência profética cuja voz ressoa nos desertos do mundo, denunciando o pecado que ofende a Deus por ofender a coroa de sua criação: o ser humano. Martin Luther King Jr., destaca: “somos convocados a falar pelo pobre, pelo que não tem voz, pelas vítimas de nossa nação” (KING, 2010, p. 399). No Cristo Crucificado estava representado os crucificados do mundo. O sofrimento do “Deus crucificado” (J. Moltmann) é uma decisão livre de ser partícipe do sofrimento humano.

O evento Jesus Cristo, especialmente sua entrega radical na cruz, torna viva e penetrante ainda hoje, a pergunta feita no Éden: “onde está seu irmão?”. A Igreja não responde apenas por si, mas também pelo outro. Bonhoeffer observa que a Igreja: “muitas vezes descuidou de seu ministério [...] De forma que

negou muitas vezes a devida misericórdia aos marginalizados e desprezados. Calou onde devia gritar, porque o sangue de inocentes clamava aos céus” (BONHOEFFER, 2009, p. 74). E, continua:

A igreja confessa que assistiu, silenciosamente, à espoliação e exploração dos pobres, bem como ao enriquecimento e à corrupção dos poderosos [...] pelo seu próprio silêncio, a igreja tornou-se culpada da perda de ação responsável, de coragem de defender uma causa e de disposição de sofrer pelo que se reconheceu como certo. Tornou-se culpada pela defecção das autoridades em relação a Cristo” (BONHOEFFER, 2009, p. 75-76).

Ao encontro de Bonhoeffer, Martin Luther King diz: “a tragédia final [...] não foi a banalidade das pessoas más, mas o silêncio das pessoas do Bem” (KING, 2020, p. 59). A omissão da Igreja constitui traição à sua vocação de ser voz — voz profética. Na palavra da Igreja deve ressoar a voz do Deus libertador, revelado em Jesus Cristo, que denuncia a opressão e anuncia a redenção.

Considerações finais

Nossa análise conclui que o profético constitui uma categoria que perpassa o Antigo Testamento e se mantém central na vida de Jesus de Nazaré e no conteúdo do Novo Testamento. Pode-se compreendê-lo como um carisma do Espírito, oferecido como dádiva e dom para o cumprimento da missão da Igreja. Daí decorre a noção de “dever profético” da Igreja, que implica responsabilidade vital pela pregação e pelo anúncio de Jesus Cristo, em quem Deus e humanidade se reconciliam, e em quem a utopia de uma nova criação e de uma nova humanidade se torna realidade. Concomitantemente, é dever da Igreja denunciar as injustiças presentes na sociedade, que promovem opressão, miséria e sofrimento. Reino de Deus e justiça não constituem dimensões separadas; ao contrário, estão intrinsecamente entrelaçados. Onde se instauram injustiças, o Reino de Deus ainda não se encontra plenamente estabelecido, e é nesse contexto que a Igreja é chamada a intensificar sua missão e ação. O “profético”, portanto, é sopro do Espírito que permeia os corredores da história humana. Ele representa um impulso de vida à Igreja e fomenta sua atuação, objetivando dismantelar as subestruturas que negam a dignidade da pessoa humana. Trata-se de um dinamizador da libertação integral, do ser humano em sua totalidade. No exercício do profético, a Igreja se configura como potência engendradora, promovendo a realização do projeto jesuano de uma nova sociedade.

Referências bibliográficas

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA de Jerusalén. Bilbao: Editorial Espanola Desclée de Brouwer, 1967.

BÍBLIA SAGRADA: Edição Pastoral. 11º Edição. São Paulo: Paulus, 2024.

- BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- BENTO XVI, Papa. *O que é o cristianismo: quase um testamento espiritual*: Cascais: Princípia Editora, 2023.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. São Leopoldo: Sinodal, 2011.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. Madrid: Trotta, 2000.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão: cartas e anotações escritas na prisão*. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2015.
- BULTMANN, Rudolf. *Crer e compreender: ensaios selecionados*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- CONCÍLIO VATICANO II: Constituições, decretos, declarações e mensagens conciliares. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002.
- FILHO, Prócoro Velasquez. *Uma ética para nossos dias: origem e evolução do pensamento ético de Dietrich Bonhoeffer*. São Paulo: EdiTEO, 1977.
- FRANCISCO. *Querida Amazônia: ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade*. São Paulo: Edições Loyola, 2020.
- GESCHÉ, Adolphe. *O paradoxo do cristianismo: Deus entre parêntesis*. Braga: Editorial Franciscana, 2019.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teología de la liberación: perspectivas*. Salamanca: Sígueme, 1972.
- JOÃO PAULO II. *O Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo: Carta Encíclica Dominum et Vivificantem*. Braga: Editorial AO, 1986.
- KING JR, Martin Luther. *A autobiografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- KING JR, Martin Luther. *Por que não podemos esperar*. São Paulo: Faro Editorial, 2020.
- MOLTMANN, Jürgen. *O Deus crucificado: a cruz de Cristo como base e crítica da teologia cristã*. Santo André (SP): Academia Cristã, 2014.
- SARAH, Robert. *A noite vai caindo e o dia já está no ocaso*. Cascais: Princípia Editora, 2019.